

ÉRICA DIAS DE PAULA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E SUA ORGANIZAÇÃO
NO ESTADO DO PARANÁ.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado em Educação Física, no Curso de Licenciatura em Educação Física, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Vera Luiza Moro

CURITIBA

2007

Não saber mais ou menos, há saberes diferentes.

(Paulo Freire)

Aos meus pais pelo carinho e dedicação.

Agradecimentos à minha família, sempre presente, aos grandes amigos que fiz durante esses quatro anos, à Letícia pela compreensão, à Vera por aceitar o desafio de orientar uma monografia em tão pouco tempo, ao Leandro, meu noivo que me ajudou em todas as dificuldades, e a Deus acima de todas as coisas por ter me permitido estar onde estou.

SUMÁRIO

RESUMO	08
1 INTRODUÇÃO	
1.1 Problema.....	09
1.2 Justificativa.....	10
1.3 Objetivos.....	11
1.4 Metodologia.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	
2.1 A produção teórica sobre a educação física no ensino médio.....	13
2.2 A educação física para o ensino médio na LDB.....	30
2.3 A educação física para o ensino médio nos PCN's.....	34
2.4 A educação física para o ensino médio DCE.....	42
2.5 O livro público didático de educação física para o ensino médio.....	47
3 DISCUSSÃO E ANÁLISE	49
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERENCIAS	51

Resumo

Este trabalho traz a descrição dos principais documentos que orientam educação física escolar a nível nacional, Lei de Diretrizes e Bases e Parâmetros Curriculares Nacionais, e a nível estadual, Diretrizes Curriculares Estaduais e Livro Didático Público para o ensino médio e sua posterior análise considerando diferenças e similaridades a fim de situar a educação física escolar no ensino médio. Muitos avanços foram conquistados especialmente em nível estadual, entretanto existe ainda muito a ser conquistado.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema

No último ano da faculdade tive a oportunidade de na disciplina Prática de Ensino, poder ministrar aula de Educação física para o ensino Médio. Frente a esta nova experiência surgiram algumas dúvidas e alguns anseios com relação à prática docente. Depois de observar a maneira como a Educação Física se organiza nesses graus de ensino, e de perceber que a academia não aborda esse tema de forma específica, vi nascer algumas curiosidades sobre como trabalhar com esta faixa etária com comportamentos e anseios tão específicos e peculiares. Ao conversar com a professora responsável pela turma, ela me passou que trabalhar com esta idade é bastante complicado pelo fato de a maioria deles querer apenas o jogo propriamente dito, e não se interessam muito pelas aulas, inclusive por a maioria deles já se encontrar trabalhando. Ao buscar referenciais para o meu trabalho pude perceber que em relação a publicações referentes à ensino fundamental, existem poucos estudos sobre o Ensino Médio. A partir desse contexto, busco nesse trabalho levantar alguns questionamento referentes a organização pedagógica da Educação Física no Ensino Médio: Quais são os documentos que orientam a educação física no ensino médio no Estado do Paraná hoje? Quais são as orientações dadas à educação física para o ensino médio nesses documentos? que eles trazem?

1.2 Justificativa

Ao iniciar a atividade docente na disciplina de Prática de Ensino, vi despertar em mim muitas dúvidas sobre algumas questões que por muito tempo discutimos na academia. Uma delas seria o desinteresse dos alunos por conteúdos que fugissem dos esportes, especificamente o futebol para os meninos e vôlei para as meninas. Nesse período tive a oportunidade de ministrar aulas para alunos do ensino médio no Colégio Estadual Pinheiro do Paraná na cidade de Curitiba, no período da manhã. No decorrer da minha prática essas questões foram se concretizando e obtive também certa resistência inicial por parte dos alunos em realizar práticas diferenciadas, o que me incita pesquisar mais sobre o assunto.

Este estudo busca compreender alguns aspectos da organização da educação física nesse grau de ensino, no Estado do Paraná, uma vez que esta é um componente curricular obrigatório previsto pela Lei nº. 10.793 de primeiro de dezembro de 2003 e segundo dados do censo escolar 2006 divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) atualmente em nosso Estado existe cerca de 480.527 alunos matriculados no ensino médio.

Ao realizar uma pesquisa no CD comemorativo de 25 anos do CBCE, nos textos a partir de 1996 e no site do nuteses, ambos referências em publicações na área da Educação Física brasileira, pude perceber a carência de estudos referentes ao ensino médio, nesse sentido busco contribuir com este trabalho para uma melhor compreensão das questões que envolvem este grau de ensino.

O ensino médio atende em sua maioria alunos que já se encontram no mercado de trabalho, portanto creio que a discussão do corpo no mundo do trabalho

seja de fundamental importância para que os alunos possam compreender seu papel e suas possibilidades dentro da sociedade. Destaca-se também a importância de discutir este tema haja vista que estes alunos muitas vezes já possuem participação política e posições importantes na sua família até mesmo como aqueles que ajudam na manutenção da casa.

1.3 Objetivos

Geral:

- Compreender a organização da Educação Física no ensino médio no estado do Paraná a partir das Diretrizes Curriculares Estaduais e das legislações específicas.

Específicos:

- Analisar a produção teórica sobre a educação física no ensino médio em publicações nas revistas do CBCE e no Nuteses (Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial);
- Descrever e analisar qual qual a orientação dada à educação física para o ensino médio na LDB, PCN's E DCE;
- Identificar e compreender os objetivos e contribuições da Educação Física para alunos do ensino médio nas DCE;

1.4 Metodologia

Esta pesquisa se trata de uma pesquisa bibliográfica que segundo GIL, 1991 é desenvolvida através de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, e documental que segundo o mesmo autor assemelha-se a pesquisa bibliográfica, a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes.

A princípio o levantamento de dados se iniciou com o CD comemorativo do CBCE 25 anos, onde havia todos os exemplares digitalizados da revista desde sua primeira edição em 1979 até dezembro de 2003. Foi utilizada para busca as palavras chaves “*ensino médio*” e “*segundo grau*” para as revistas de 1996 a 2003. Esta fonte foi escolhida por tratar da mais importante instituição de produções na área de Educação Física no país, contando com grandes teóricos da área, da qual traremos para discussão três textos.

Após essa etapa seguiu-se nova pesquisa no site do *NUTESES* (Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial) onde foi realizada nova busca com as mesmas palavras chave, “*ensino médio*” e “*segundo grau*”. Foram encontradas dezesseis teses que tinham como objeto de análise o ensino médio e passavam pelo mais variados temas como análises biométricas destes alunos até reflexões sobre como esta organizada e Educação Física nesse grau de ensino.

Igualmente se escolheu este site por tratar de uma importante referencia para pesquisa da área. Trata-se de um centro de informação automatizado voltado para a

produção científica, desenvolvida por intermédio dos cursos de Mestrado e Doutorado em Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial, no Brasil e no exterior. (NUTESSES).

Posteriormente passaremos a descrição dos documentos norteadores da educação física no ensino médio a nível nacional, Lei de Diretrizes e Bases para a Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais e a nível estadual, as Diretrizes Curriculares Estaduais bem como o livro público didático para a educação física.

Em seguida destacaremos pontos importantes dos documentos e autores que tragam eventuais críticas a estes documentos, destacaremos também pontos que trazem em comum e pontos de divergência.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A produção teórica sobre a educação física no ensino médio.

A pesquisa realizada no CD do CBCE nos levou aos seguintes resultados: somente três artigos falavam sobre questões relacionadas ao Ensino Médio e segundo grau, destes, um falava sobre formação de professores para segundo grau, um abordava o Ensino Médio a partir das novas diretrizes para Educação e o terceiro realizou uma pesquisa com calouros do curso de educação física das Universidades Estaduais de Maringá e Campinas com a finalidade de verificar de que maneira o conteúdo ginástica foi abordado durante o ensino médio.

O primeiro texto denominado “Um estudo interpretativo de uma atividade de formação permanente dirigida a professores de Educação Física de 2º grau de Barcelona”, de Vicente Molina Neto e Dolores Graciela Cordero Arroyo, encontramos uma pesquisa que tem o intuito de identificar através da opinião dos professores a situação dos programas de formação permanente para professores de Educação Física para o segundo grau.

O estudo foi realizado através de entrevista realizada com alguns professores que participaram dos cursos de formação continuada e com um instrutor do curso. O curso investigado tratava de esportes coletivos, entretanto abordavam sobremaneira a formação e aprofundamento da reforma educativa.

Na opinião dos instrutores, havia a necessidade de que os professores obtivessem uma ferramenta para melhor desenvolver seu trabalho no segundo grau.

Um dos esclarecimentos apontava que o uso do esporte como conteúdo era freqüente pelo fato de ser mais atrativo aos estudantes desse grau de ensino.

Muitos professores apontaram como dificuldade na sua prática a desvalorização da Educação Física junto as demais disciplinas, segundo eles, ela é considerada uma “Maria” dentro da escola, ou seja, uma disciplina em que todos passam e que não exige maiores esforços.

Os professores relataram que o curso não trouxe muitas coisas novas com relação aos conteúdos, mas permitiu lembrar temas vistos na Universidade e revisar uma experiência concreta de trabalho. Os professores de uma forma geral se demonstraram satisfeitos com o curso.

Outro texto encontrado foi “A nova política para o Ensino Médio: um estudo da Educação Física a partir de novas Diretrizes e novos Projetos Pedagógicos” de Carmem Brandl.

A partir do novo ordenamento legal da Educação Física EM 1996, a estabelecendo como disciplina obrigatória dentro da escola, o texto pretende mostrar algumas mudanças ocorridas no interior da escola pública para o ensino médio.

Para isso a autora inicia fazendo alguns apontamentos sobre a LDB e os PCN's. Como vimos anteriormente os PCN's situam a Educação Física na área de conhecimento denominada Linguagens, Códigos e Tecnologias, e o eixo da diversidade é a sua principal proposta. Segundo a autora objetiva-se uma proposta qualitativa, discutindo-se a cidadania e o trabalho a partir de pesquisas, análise, cooperação, sínteses, seleção de informações de forma que os alunos possam participar do mundo social. Ele foi criado em 1997, com intuito de propor formas de atuação junto aos professores de forma lúdica e educativa propiciando o aprofundamento na área de conhecimento.

Tem como objeto de estudo a cultura corporal, e contemplaria os conteúdos de dança, os jogos, as lutas, brincadeiras, ginástica, e o esporte através de uma proposta que atinja a todos e não somente os mais habilidosos. Orienta também para um maior trabalho de integração com outras disciplinas através de um trabalho de interdisciplinaridade.

Propõe ainda uma metodologia e avaliação que estimule a participação do aluno como momento de reflexão e aprendizagem.

Tendo em vista esse ordenamento legal proposta para a Educação Física a autora desenvolve uma pesquisa em três Colégios Estaduais da Região de Marechal Cândido Rondon com dirigentes e professores totalizando 13 sujeitos. A coleta de dados foi realizada a partir da análise do projeto pedagógico e de dois questionários.

De uma forma geral se observa que os alunos não tiveram participação no processo de elaboração do projeto pedagógico e em alguns casos somente os pais participaram e mesmo assim de uma maneira indireta.

Poucos professores possuem projetos de integração com professores de outras ou da mesma área para trocar experiência ou fazer o planejamento havendo poucos trabalhos desenvolvidos com outras disciplinas, também se observou que em poucos momentos os alunos participaram da elaboração do planejamento anual sugerindo conteúdos, a maioria dos professores trabalha com aulas práticas e tem como objeto de trabalho o esporte e usam como forma de avaliação a participação nas aulas.

O texto conclui que muito embora haja alguns avanços em relação a proposta legal para a Educação Física falta ainda um trabalho de organização dentro do interior da escola para que esse projeto se realize.

No texto seguinte, “A ginástica no processo escolar dos ingressantes dos cursos de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual de Campinas” de Ieda Parra Barbosa Rinaldi e Elizabeth Paoliello Machado de Souza encontramos uma pesquisa com calouros ingressantes no curso de Educação Física nestas duas Universidades através de questionários para identificar qual foram suas experiências com ginástica nas aulas de Educação

Física durante ensino médio. Ela busca identificar se ela se apresentou, como se apresentou e qual a concepção que os alunos trouxeram dela.

Constata-se que muito embora a ginástica esteja atrelada a manutenção da saúde e servir base para outros esportes, mesmo nas suas vertentes esportivizadas ela ainda não é legítima da Educação Física escolar, e destaca ainda que a Universidade acaba reproduzindo o que acontece no interior da escola.

A autora conclui com uma paráfrase de Bracht, que afirma que a atual hegemonia do conhecimento científico na escola precisa ser flexibilizado para permitir que outros saberes se reconheçam como legítimos, outros saberes que não os de caráter conceitual intelectual e que a educação física tem uma chance de se afirmar no currículo escolar.

Das produções encontradas no site do nuteses encontramos dezesseis trabalhos. Dos quais destaquei dois que possuem relação com este trabalho.

Um deles é de CORREIA, *“A Educação Física no ensino médio: discutindo a questão dos saberes escolares.”* Este estudo foi teve como objetivo identificar, descrever e analisar os tipos de conhecimento, preconizados para o efeito de sistematização das diferentes formas do saber escolar, relacionados com a Educação Física no nível do ensino médio da educação escolar básica. Os dados necessários, obtidos de propostas curriculares específicas para a Educação Física no referido nível de ensino, foram tratados por meio de análise de conteúdo. As propostas investigadas foram selecionadas das listas bibliográficas indicadas para os concursos públicos para provimento de cargos de professores de Educação Física da rede estadual do Estado de São Paulo, realizados em 1993 e 1998. Os

resultados da análise efetuada possibilitaram a identificação da presença de tipos de conhecimento referentes a conteúdos relacionados com fatos, conceitos, princípios, procedimentos, normas, valores e atitudes na perspectiva da cultura corporal e do movimento humano. As formas correspondentes de valores escolares encontradas foram justificadas no intuito de se promover uma superação dos padrões tradicionais do ensino de Educação Física escolar, que se pautavam em concepções reducionistas de corpo e de movimento expressos pelos modelos de aptidão física e esportivização. Apesar da dimensão crítica das propostas e da referência a diferentes tipos de conhecimento a partir de temas relacionados com o universo das atividades corporais e de movimento, entendeu-se que as mesmas apresentaram um nível elementar de sistematização frente à amplitude e relevância dos objetivos estabelecidos. Assim, foi possível inferir que existe a necessidade de um trabalho de continuidade e aprofundamento relacionado com a análise, descrição e detalhamento de conhecimentos orientados para a Educação Física no nível de ensino médio da educação escolar básica.)

O segundo é de MELO, "*O professor de educação física e o novo ensino médio*". O propósito deste estudo foi: verificar se as mudanças propostas na reforma do ensino médio propiciaram alterações na ação pedagógica do professor de Educação Física; conhecer quem é o professor de Educação Física que atua em Jundiaí; verificar como está a prática pedagógica deste professor; e mapear as principais dificuldades dos professores nesta etapa da escolarização básica. A análise dos resultados mostrou que as reformas propostas pelo governo federal não propiciaram alterações na ação pedagógica do professor de Educação Física, professor este que é formado em Jundiaí. As aulas de Educação Física são

ministradas no mesmo período que as demais e o principal conteúdo das mesmas é o esporte coletivo. As maiores dificuldades dos professores são a inexistência de bons trabalhos no ensino fundamental e a falta de cursos e capacitações orientados para o ensino médio. Suas maiores necessidades são um maior apoio do Governo no que concerne a cursos e capacitações e aumento do número de aulas para o ensino médio.

No texto “Educação Física no ensino médio: Reflexões e ações” de Suraya Darido encontramos inicialmente uma menção feita ao ensino fundamental que é hoje caracterizado como grau de ensino que possui muitas pesquisas a seu respeito, entretanto os autores salientam que estes mesmos problemas que afetam as estruturas brasileiras e conseqüentemente o ensino fundamental também afetam o ensino médio.

Em torno de 70% dos alunos do ensino médio da rede pública de ensino estudam no período noturno. Com a vigência da LDB (acho que 1996, preciso conferir) a educação física passa a ser facultativa nos cursos noturnos, tanto para a escola decidir se deve ou não haver aulas, quanto para os alunos que podem optar por não fazer aula, ou seja, cerca de 70% dos nossos alunos de Ensino Médio não teriam a Educação Física como elemento de formação do Ensino Médio.

Cada vez mais o Ensino médio passa a ser requisitado nas propostas de emprego, por isso, de acordo com o INEP (Instituto Nacional de pesquisas Educacionais) ele passou por um grande crescimento em número de alunos de 3,2 milhões em 1987 até chegar aos 6,4 milhões em 1997.

Além disso, o Ensino Médio passa por discussões sobre qual seria sua real função social, muito embora ainda sofrendo impactos da reforma de 60 que atribuía a ele um caráter terminal, normalmente técnico e voltado totalmente para o trabalho ou para o ingresso na Universidade.

As autoras não negam a importância de se discutir aspectos voltados ao mundo do trabalho nas aulas de Educação Física, entretanto deve haver uma coerência entre as discussões e a função da disciplina que seria a de

fornecer oportunidades para capacitar o aluno a compreender o trabalho como categoria social e histórica, desde que exista nessa escola a preocupação de leva-lo a entender as formas diferenciadas de vivenciar as relações de produção e as desigualdades.

O texto apresenta propostas de trabalho para ensino médio, como em Correia (1996) que usa a concepção de planejamento participativo, ou Ávila (1995) e Melo (1997) que implementam propostas além dos esportes tradicionais. Em Daólio as autoras citam seu estudo que relata a importância da Educação Física para o aluno trabalhador, trazendo questões como a possibilidade de percepção corporal além do automatismo freqüente no trabalho além de proporcionar ao aluno práticas corporais prazerosas, em oposição a rigidez e ao caráter agressivo de muitos trabalhos. Em um segundo trabalho, Daólio faz uma contextualização da situação de adolescentes com enfoque cultural cognitivo, afetivo e físico permitindo assim elaborar uma proposta mais coerente.

Após algumas descrições de trabalho as autoras concordam que há um consenso em se dar ao ensino médio um caráter mais teórico no sentido de fornecer elementos para a reflexão do aluno com relação ao seu entendimento da cultura corporal.

Considerando que as aulas de Educação Física no Ensino Meio por muito tiveram e ainda tem um caráter esportivizado e excludente encontramos muitos alunos que pedem dispensa das aulas alegando não gostar das atividades, e romper com esta prática se constitui em um desafio para a Educação Física.

Em análise de dados coletados através de questionários respondidos por 30 professores do interior do Estado de São Paulo constata-se que muitas das suas concepções sobre a função da Educação Física escolar estão pautadas nas perspectivas esportivistas e mecanicistas.

A autora defende que muitas pesquisas sobre professores de Educação Física acabam por não cumprir seus objetivos, pois comparam a atuação do professor com uma atuação ideal sem considerar as condições em que estes professores estão inseridos, passando por sua formação até chegar as próprias condições da escola ou dos alunos.

O texto traz a da LDB os itens que permitem dispensa aos alunos das aulas de Educação Física, estão entre aqueles que podem legalmente ser dispensados das aulas, os maiores de trinta anos, as mães, em certos casos os portadores de deficiência, trabalhadores com jornada igual ou superior a 6 horas e militares.

A partir desse quadro a pesquisadora tece algumas críticas a essa legislação como, por exemplo, o fato de possuir uma concepção ultrapassada quando dispensa trabalhadores por já terem executado um gasto energético que não poderia ser maior nas aulas de Educação Física, negando sua capacidade de adequação de conteúdos e estratégias as características e necessidades dos alunos dos cursos noturnos que trabalham, bem como a inclusão de conteúdo específico.

O texto apresenta uma pesquisa realizada por Galvão (1993) que busca identificar os motivos pelo quais os alunos de ensino fundamental pedem dispensa das aulas de Educação Física e constatou que 78% dos alunos questionados acreditam que a Educação Física não cumpre o seu papel transmitindo pouco ou nenhum conhecimento, além d outros estudos que concluíam que os alunos não se sentem motivados a praticar as aulas e acham que as aulas deveriam trazer outros elementos.

As autoras encerram elencando algumas característica e sugestões resultantes dos apontamentos realizados no trabalho, como a desvalorização da Educação Física como componente curricular frente as outras disciplinas, o fato de as aulas no ensino Médio serem repetições das aulas do ensino fundamental, as poucas experiências que os alunos tiveram com outras possibilidades da Educação Física entre outras não menos importante que envolvem a situação da atual Educação Física escolar.

A educação Física no Ensino médio: Motivos que levam as alunas a não gostarem de participar das aulas.

Em princípio a autora conceitua Educação Física como o espaço escolar que permite ao aluno experimentar movimentos e a partir dessa experiência construir um conhecimento e uma consciência corporal e uma opinião sobre os motivos que levam esta prática.

As autoras se utilizam de Betti e Zuliane (2002) para situar o aluno do Ensino Médio e identificá-lo muitas vezes como desmotivados pelo fato de passarem a possuir uma visão mais crítica da realidade deixando de atribuir tanta importância a Educação Física.

Entende-se nesse texto a partir do referencial de Betti e Zuliane (2002) que o papel da Educação Física é o de “introduzir e integrar o aluno a cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e das práticas de aptidão física em benefício de qualidade de vida”.

Apontam-se como algumas atitudes para tentar diminuir o papel do educando como mero expectador e passar a se tornar protagonista do processo de aprendizagem o planejamento participativo, a postura dotada pelo professores, que deve ultrapassar as dificuldades de atingir a todos os alunos permitindo que eles cheguem a solução de problemas surgidos durante as atividades, fazendo com que o aluno pense.

Surgem algumas hipóteses, trazidas por referenciais, de qual seriam os motivos que levariam as alunas a se sentirem desmotivadas em relação as aulas de Educação Física. Uma delas trata do fato de que a Educação Física passou por um processo de esportivização que privilegia os mais habilidosos e acaba deixando de

lado aqueles que por algum motivo não possuem as habilidades requisitadas para o esporte em questão. Outro fator é o excesso de competitividade encontrado nas aulas, sem contextualização.

Outro referencial utilizado pelos autores é o de Daólio (1997) que relata uma das suas aulas, quando uma aluna se autodenomina de “anta” pelo fato de não conseguir recepcionar uma bola durante um jogo de vôlei. Analisando esta situação podemos identificar que as meninas sentem-se desprivilegiadas em relação aos meninos na questão da prática esportiva. Este caso pode ser analisado pelo âmbito cultural onde meninas são negadas a prática desportiva.

Outro fator apontado como desmotivante para os alunos é o conteúdo abordado nas aulas que em muitos casos os alunos não conseguem atribuir sentido a elas, além de repetitivos, que fazem com que as alunas sintam-se saturadas.

A mostra do estudo foi composta por 15 adolescentes de um Colégio particular da cidade de São Paulo que alegavam não participar das aulas de Educação Física escolar. O principal motivo para não participarem é o fato de não gostarem dos conteúdos das aulas, e apontaram as modalidades de vôlei, basquete, futebol e handebol.

O questionário apresentado as adolescentes pedia para que destacassem algumas atividades que gostariam de ter nas aulas, surgiram temas como: yoga, natação, ginástica, atletismo, ginástica olímpica e dança.

Um grande número de alunas dizia que não praticava atividades físicas extra-classe por achar inútil para vida demonstrando a falta de conhecimentos sobre os benefícios das atividades físicas.

Os autores concluem que os professores do ensino médio devem conversar mais com os alunos para identificar os conteúdos que eles gostariam de trabalhar nas aulas, fazer discussões sobre seus sentidos e significados, fazendo assim com que os alunos possam relacionar as aulas de Educação física com a realidade sentindo-se mais motivados para as aulas.

Motivação nas aulas de Educação Física no ensino médio. O adolescente passa por uma complicada fase em nossa sociedade hoje, onde a infância acaba cada vez mais cedo e a idade e as exigências da idade adulta também. "Inserido em uma sociedade repleta de indagações, ele se defronta com uma realidade agora vista com outros olhos". (CHICATI, 2000).

Nessa fase a escola tem papel fundamental, pois é neste espaço na maioria das vezes que os alunos vão estabelecer algumas de suas relações mais importantes e que vão influenciar na suas atitudes e comportamentos.

Em muitos casos nós, professores de Educação Física, somos apontados como aquele que possui maior contato com seus alunos pela dinâmica da aula que normalmente acontece fora da sala, entretanto possuímos ainda muita dificuldade em motivar os alunos para a realização das atividades, uma vez que muitas vezes elas não possuem sentido para os educandos, e na opinião de algumas pessoas esta situação se agrava pela precariedade de materiais e espaços que encontramos na rede pública de ensino.

No texto de CHICATI, 2000 encontramos uma pesquisa realizada com 240 alunos das três séries do ensino médio da rede pública de ensino de Maringá-PR através de questionários para identificar a motivação destes alunos em relação as aulas de Educação Física. Mais de 30% dos alunos questionados declararam interesse abaixo do regular pelas aulas de Educação Física, em um segundo questionamento com relação ao conteúdo que mais gostavam das aulas, a maioria dos alunos destacou o desporto.

Particularmente, interpreto estes dados como uma contradição, ao mesmo tempo em que o esporte é um conteúdo que os alunos gostam ele acaba sendo um conteúdo excludente, uma vez que privilegia os mais habilidosos.

Outro dado que a pesquisa levantou foi o de que a maioria dos alunos, declarou que o conteúdo que menos gostam das aulas de Educação Física são as aulas teóricas. Creio que este dado demonstra que um dos motivos que fazem com que os alunos gostem das aulas é o fato de poderem sair da sala e fugir da dinâmica tradicional das aulas ministradas em sala, que muitas vezes não permite ao aluno participar de uma forma ativa, pois precisa ficar sentado copiando a matéria e ouvindo o professor falar, muitas vezes de um assunto que não faz sentido. Outro conteúdo que foi bastante citado quanto aos conteúdos que os alunos menos gostavam foi a dança. Este fato envolve muitas razões como o fato da dança, especialmente em relação aos meninos, trazer muitos preconceitos, e também de muitas vezes a dança ser relacionada com a sexualidade em alguns ritmos como o funk, o axé e o pagode fazem com que os alunos sintam-se envergonhados em dançar. O que se esquece é que existem muitas maneiras de se trabalhar a dança

na escola, transforma-las em problemática pra discussão em sala, por exemplo, é uma possibilidade que poderia transformar esta realidade. (talvez aqui eu pudesse citar o exemplo da minha escola).

A pesquisa conclui que existe uma carência de conteúdo para serem ministrados no ensino médio, afinal eles acabam repetindo temas que tiveram desde a quinta série. Percebemos que os alunos preferem o desporto como0 conteúdos das aulas, entretanto questiono esta preferência, creio que ela exista pelo fato de não conhecerem outros conteúdos.

Em muitos casos os preconceitos com relação a certos conteúdos, bem como a preferência por outros se encontra no professor, o que influencia enormemente na sua prática e conseqüentemente na relação que seus alunos vão estabelecer com este conteúdo. Muitos professores se declaram não preparados para trabalhar determinados conteúdos e acabam repetindo tornando assim as aulas desmotivantes.

Por certo não é possível retirar da prática pedagógica características vindas do professor, entretanto creio ser necessário a ele estar disposto a dialogar com seus alunos e permitir que eles possam construir seu conhecimento de uma forma autônoma e que as características do professor não bloqueiem os alunos.

A educação Física no ensino médio: relevante ou irrelevante?
Acompanhamos as mudanças ocorridas na LDB com relação a Educação física desde sua promulgação em 1996 até a sua última alteração em 2003.

O texto de Mara Barni e Ernani Shneider faz uma pesquisa em 200? Para levantar qual seria a relevância da Educação Física para o ensino noturno uma vez que neste período a LDB ainda trazia o seguinte texto vigente: *“A Educação Física, integrada a proposta pedagógica da escola é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se as faixas etárias e as condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”* (Lei nº 10.328 de 12/12/2001).

Em um primeiro momento os autores buscam relatar como a Educação Física está localizada dentro dos documentos oficiais.

Hoje a de Educação Física encontra-se na área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias, pois o movimento humano nas suas mais variadas versões é considerado uma forma de expressão capaz de exprimir desde um sentimento até toda a história e cultura de um povo.

Por muito tempo, e até hoje a Educação Física escolar é marginalizada, vista como um mero alicerce para a estrutura escolar porque os alunos, e até mesmo alguns profissionais e membros da sociedade em geral não atribuem importância a ela.

Creio que este quadro se caracterize pelas condições em esta disciplina vem sendo tratada inclusive e principalmente pelos seus profissionais. Ela é muitas vezes considerada um momento de recreação, de relaxamento, de desligamento das atividades escolares que exigem que os alunos fiquem nas salas.

Ao analisarmos a trajetória histórica desta disciplina escolar e identificarmos características militares e médicas que a consolidaram no interior escolar durante

muito tempo percebemos que nem sempre ela ocupou este lugar de marginalização. Durante muito tempo ela foi considerada uma disciplina de muita importância para o controle do corpo e para obtenção e manutenção da saúde, com fins principalmente para o mercado de trabalho.

Para atingir, como República recém instalada o lema "Ordem e Progresso", era de fundamental importância formar indivíduos fortes e saudáveis, para que estes pudessem defender a pátria e os seus ideais, legitimando assim, o enaltecimento do desenvolvimento da aptidão física dentro da Educação Física. (SHNEIDER E BARNI, 200?)

A partir da década de 70 se inicia um processo de esportivização da Educação Física escolar, onde o professor assume o papel de treinador e o aluno o de atleta. Apesar das reforma de pensamento que a Educação Física sofreu na década seguinte, ainda hoje o esporte possui uma presença muito forte nas aulas.

Dessa forma a Educação Física que encontramos hoje na Educação Básica é o resultado de muitas influencias e transformações. Podemos observar sua luta na busca da legitimação desta disciplina dentro do ambiente escolar e de objetivos a serem atingidos no processo de formação escolar do qual faz parte.

A partir da Lei nº. 10.328 de 12/12/2001, o texto questiona quais seriam os critérios para definir se as aulas de Educação Física devem ou não fazer parte da grade curricular de uma escola. O que justificaria negar a estes alunos usufruir o conhecimento quês esta disciplina proporciona aos alunos.

Analisando esta situação percebemos o pouco conhecimento que nossos legisladores possuem sobre esta área ao ponto de desobrigá-la no ensino médio noturno privando estes alunos de participarem das aulas e compartilharem os conhecimentos encontrados nesta área.

Fator importante na fase da adolescência é a formação da identidade, a construção da personalidade, o que interfere diretamente no seu comportamento e nos seus objetivos.

A Educação Física no ensino médio precisa fazer o adolescente entender e conhecer o seu corpo como um todo, e não só como um conjunto de ossos e músculos a serem treinados, mas como a totalidade do indivíduo que se expressa através do movimento, sentimentos e atuações no mundo (DAÓLIO apud MATTOS & NEIRA, 2000, p. 94).

2.2 A educação física para o ensino médio na LDB

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional traz como uma das suas determinações que a educação escolar esteja vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. Prevê ainda a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio e ainda que é de responsabilidade da União: *“estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.”*(LDB).

Desde a promulgação da Lei em 1996 até os dias de hoje a Educação Física passou por algumas modificações.

Sua primeira versão, não previa a obrigatoriedade da Educação Física, ela era tratada na Lei com o seguinte texto: *“A educação física, integrada a proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se a faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa no ensino noturno”*. (parágrafo 3º LDB, 1996).

Para o ano de 2001, mais precisamente pela Lei nº. 10.328 de doze de dezembro, a Educação Física passa a ser considerada componente curricular obrigatório, entretanto, a facultatividade para o ensino noturno permanece.

Por muito tempo, e até hoje a Educação Física escolar é marginalizada, vista como um componente de pouca importância no currículo escolar não sendo possuindo seu verdadeiro papel reconhecido por professores e alunos.

Creio que este quadro se caracterize pelas condições em esta disciplina vem sendo tratada inclusive e principalmente pelos seus profissionais. Ela é muitas vezes considerada um momento de recreação, de relaxamento, de desligamento das atividades escolares que exigem que os alunos fiquem nas salas.

Ao analisarmos a trajetória histórica desta disciplina escolar e identificarmos características militares e médicas que a consolidaram no interior escolar durante muito tempo percebemos que nem sempre ela ocupou este lugar de marginalização. Durante muito tempo ela foi considerada uma disciplina de muita importância para o

controle do corpo e para obtenção e manutenção da saúde, com fins principalmente para o mercado de trabalho.

Para atingir, como República recém instalada o lema “Ordem e Progresso”, era de fundamental importância formar indivíduos fortes e saudáveis, para que estes pudessem defender a pátria e os seus ideais, legitimando assim, o enaltecimento do desenvolvimento da aptidão física dentro da Educação Física. (SHNEIDER E BARNI, 200?).

A partir da década de 70 se inicia um processo de esportivização da Educação Física escolar, onde o professor assume o papel de treinador e o aluno o de atleta (BARNI e SCHNEIDER, 2000). Apesar das reforma de pensamento que a Educação Física sofreu na década seguinte, ainda hoje o esporte possui uma presença muito forte nas aulas.

Dessa forma a Educação Física que encontramos hoje na Educação Básica é o resultado de muitas influencias e transformações. Podemos observar sua luta na busca da legitimação desta disciplina dentro do ambiente escolar e de objetivos a serem atingidos no processo de formação escolar do qual faz parte.

O texto de BARNI e SHNEIDER, 2000 realiza uma pesquisa para levantar qual seria a relevância da Educação Física para o ensino noturno levando-se em consideração o texto da LDB vigente neste ano, citado no parágrafo anterior. Em um primeiro momento os autores buscam relatar como a Educação Física está localizada dentro dos documentos oficiais.

A partir da Lei nº. 10.328 de 12/12/2001, o texto questiona quais seriam os critérios para definir se as aulas de Educação Física devem ou não fazer parte da grade curricular de uma escola. O que justificaria negar a estes alunos usufruir o conhecimento que esta disciplina proporciona aos alunos.

Analisando esta situação percebemos o pouco conhecimento que nossos legisladores possuem sobre esta área ao ponto de desobrigá-la no ensino médio noturno privando estes alunos de participarem das aulas e compartilharem os conhecimentos encontrados nesta área.

Os alunos presentes no ensino médio estão na fase que conhecemos como adolescência. Um fator importante que encontramos nessa fase é a formação da identidade, a construção da personalidade, o que interfere diretamente no seu comportamento e nos seus objetivos.

A Educação Física no ensino médio precisa fazer o adolescente entender e conhecer o seu corpo como um todo, e não só como um conjunto de ossos e músculos a serem treinados, mas como a totalidade do indivíduo que se expressa através do movimento, sentimentos e atuações no mundo (DAÓLIO apud MATTOS & NEIRA, 2000, p. 94).

A Educação Física sempre tratou de uma disciplina marginalizada na escola, muitos a vêem simplesmente como momento de lazer e acabam por desconsiderá-la no processo educacional como componente que auxiliará na formação do Educando. O fato de a Educação Física ser considerada facultativa no ensino médio

noturno vem agravar ainda mais esta situação, colocando a Educação Física como “dispensável”.

Depois de um longo processo onde se buscou legitimar o papel da Educação Física escolar, a redação foi alterada e a lei nº. 10.793 de primeiro de dezembro de 2003 não a coloca mais como facultativa no período noturno. “*A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno...*” que possua jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, maior de trinta anos, que estiver prestando serviço militar ou similar, a aluna que tenha prole ou ainda a deficientes em situações específicas. (LDB, 2003)

A educação básica a que o texto se refere compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e tem por finalidade “*desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores*”.

Neste sentido a Educação Física tornando-se componente curricular obrigatório em todos os períodos é vista como fundamental ao processo de formação ao quais as Diretrizes se referem.

2.3 A educação física no ensino médio nos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio encontram-se hoje como um dos principais norteadores dos professores de Educação Física para a elaboração de propostas de ensino.

Como previsto na LDB: *“Os currículos de ensino fundamental e médio devem ter uma base Nacional comum, a ser contemplada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”*.

Neste documento a Educação Física encontra-se no eixo Linguagens, Códigos e tecnologias. Em sua introdução a Educação Física é apontada como alvo de muitas críticas, especialmente a certos modelos de práticas pedagógicas tidas como hegemônicas. O documento ainda, ao trazer algumas especificações legais, prevista pela Lei de Diretrizes e Bases, vistas anteriormente traz algumas críticas a ela.

Este documento afirma haver uma grande dificuldade em se trabalhar aquilo que a LDB chama de “Política de Igualdade” porque entende que ao deixar a margem do processo pedagógico deficientes, trabalhadores, adultos maiores de trinta anos e mães ele próprio já exclui, e não possibilita igualdade de formação à todos os educandos.

Questiona ainda como seria possível trabalhar aquilo que a LDB chama de “Ética de Identidade”, se é ele que define aqueles que podem e aqueles que não podem ter acesso a determinados saber.

Segundo eles, o responsável por garantir o tempo e o espaço adequados para a oferta deste componente curricular é o professor através do seu empenho na construção da proposta pedagógica e de seu envolvimento com a comunidade escolar.

Ele encara a Educação Física como componente que é e sempre foi alvo de debates, conflitos e negociações sobre seu papel na escola, ela seria um espaço de práticas corporais que permitiria ao aluno uma leitura do mundo através da linguagem corporal.

Ele entende a escola como local de produção e reprodução de cultura, uma cultura própria da escola, que é particular em cada uma delas, e a definindo assim, questiona qual seria seu tratamento dado à cultura e fala de uma dinâmica cultural, que seria sua não, ou seja, sua constante transformação pelos sujeitos.

Entende que os alunos do ensino médio são sujeitos socioculturais e na sua diversidade trazem visões de mundo bastante peculiares, e essa diversidade sexual, religiosa entre outras e a necessidade de auto-afirmação constituiriam não uma juventude única, mas juventudes. Destaca ainda que a maioria dos alunos do Ensino Médio são de trabalhadores.

O ensino médio dever ser entendido como uma etapa da formação básica especificamente pensada para alunos cujo perfil não se define tão-somente pelo recorte cronológico da juventude ou da vida adulta, mas também por caracteres socioculturais que possam definir o sentido que esses mesmos dão às experiências vivenciadas na escola. (PCNEM-EF)

O documento destaca ainda que o conteúdo parta do contexto e das necessidades dos alunos, e que o papel da Educação Física seria o de discutir as práticas corporais realizadas e consumidas socialmente permitindo ao aluno uma

participação política mais efetiva e no que se refere à espaços e recursos públicos de prática de esporte, dança, lutas, ginásticas, jogos populares entre outros, rompendo com o discurso da competição de mercado, dos modismos a cerca do corpo e às práticas prontas e vendidas.

Ele propõe ainda com o rompimento do modelo de formação que existe hoje com características propedêuticas, preparatória para o vestibular e entrada acrítica no mundo do trabalho.

Com relação aos espaços destaca-se a importância de locais amplos, arejados e que possam ultrapassar os muros da escola chegando à parques, montanhas, rios entre outros e permitir ao aluno experienciar as mais variadas formas de manifestação corporal tendo como pano de fundo o corpo em movimento.

Com relação aos conteúdos, ele deve ser fruto de uma intenção clara, recorte cultural de dada comunidade e que os alunos atribuam significados e sentidos a eles, e só podem ser determinados após se definirem com clareza quais são os objetivos a ser perseguidos e quais contribuições trarão para aquela comunidade escolar, assim a seleção de conteúdos deve partir de uma reflexão coletiva sobre suas contribuições sobre a comunidade envolvida.

O documento dá ainda a sugestão de alguns temas associados ao desenvolvimento dos conteúdos estruturantes que ajudam a atribuir sentido à prática pedagógica: gênero e sexualidade, identidade juvenil, produções culturais e artísticas, cultura juvenil e indústria cultural, o aluno no mundo do trabalho, cultura juvenil, participação política entre outros.

Ele destaca que a forma competitiva como vêm sendo tratados os conteúdos da Educação Física, acabam por relegar a um segundo plano temas e perspectivas de formação, próprias da Educação Física, transformando a competição em princípio da ação pedagógica, influenciado pela indústria cultural que caracteriza como heróis os campeões Olímpicos e os transformam em exemplos a serem seguidos pela nossa juventude.

Há ainda a excessiva sistematização de práticas corporais, que originalmente possuem características lúdicas, que acabam com a possibilidade de reinvenção e tornam-se massantes e desinteressantes aos olhos dos educandos.

Não se trata da negação do fenômeno esportivo, mas da não reflexão sobre ele que acaba por fazer destes jovens meros consumidores e até mesmo escravos de um sonho que tem poucas chances de se tornar realidade.

A sugestão é a de que essas práticas sejam recriadas com outros valores, sentidos e significados. O papel da Educação Física nesse sentido seria o de garantir aos nossos alunos o acesso as mais variadas formas de manifestação da cultura corporal bem como a problematização dos valores e concepções envolvidas, e situá-los como produtores e críticos dessa cultura.

Encontramos em RODRIGUES, 2002 algumas considerações a serem feitas com relação a gênese do Parâmetro Curriculares Nacionais.

A autora relaciona a criação dos PCN's com a implantação de novas políticas educacionais elaboradas para países emergentes a fim de atender as exigências do processo de desenvolvimento neoliberal no Brasil. Esse processo se iniciou

principalmente na década de 90 com o governo Fernando Collor e se consolidou com o governo FHC.

A autora relaciona sua gênese à orientações dadas por organismos internacionais, principalmente pelo Banco Mundial e pela Unesco, sobre o modelo de reforma educacional e curricular a ser seguido pelos países em desenvolvimento.

Quanto ao ensino fundamental, o documento dá ênfase ao convívio social, especificamente da Educação Física a formação de valores, atitudes, habilidades e competências voltadas para a integração entre pessoas e grupos e para o reconhecimento da diversidade de padrões de beleza, saúde e desempenho.

Segundo RODRIGUES, 2002 o documento orienta para a reflexão sobre atividades desenvolvidas com os conteúdos dança, esporte, lutas, ginástica, jogos, entretanto não explicita o sentido do conceito "reflexão", e ao examinar outras passagens do documento, o autor diz não se tratar de uma reflexão filosófica.

O autor aponta ainda aponta para a forma prescritiva que são expostos os conteúdos e a maneira aligeirada e superficial que são abordados os conceitos. Outro aspecto refere-se a ausência de informações de como se deu o processo de elaboração, assim dos autores como dos consultores envolvidos. Ainda há a questão do ecletismo do qual trata os PCN's, em que ao usar o termo cultura corporal de movimento aborda a cultura de movimento proposta por Kuns em 1994 e cultura corporal, proposta pelo coletivo de autores em 1992. O documento inicia fazendo menções confusas sobre aspectos da teoria crítico-superadora, entretanto sem fazer referência a ela, e termina dizendo que nestas abordagens a Educação Física é entendida como uma área que trata da cultura corporal de movimento.

O documento não apresenta ainda a concepção de sociedade, educação e escola.

Ele aponta para alguns princípios norteadores como inclusão, integração, diversidade, aprender a aprender, e o convívio social ou aprender a viver juntos que permeiam todo o documento, porém estes termos não possuem definição e desconsideram pontos importantes como os conflitos, contrapondo-se a existência de lutas sociais.

O autor destaca ainda a crítica que os PCN's fazem à aptidão física, a partir da de suas origens militares e médicas.

Critica-se a Educação Física de caráter excludente que reproduz modelos de alienação e consumismo no próprio trato metodológico, no qual nem todos têm a experiência do fazer.

Os PCN's compreendem conteúdos escolares a partir de três aspectos: procedimentos, conceitos e atitudes.

A defesa de uma abordagem histórica dos conteúdos com base em "alguns dados factuais" (RODRIGUES, 2002) mostra uma grande diferença de uma abordagem histórica na perspectiva crítico-superadora, uma vez que historicizar o conteúdo é mostrá-lo no seu movimento, nas suas origens e transformações que ocorreram para atender a diferentes necessidades sociais.

O que se observa, porém, em uma análise mais detalhada, é que há uma atualização do discurso sobre a função social da Educação Física, justificando-a no contexto das novas exigências do processo de globalização para a sociedade

brasileira, o seja, a educação física vive o mesmo processo que a escola e as demais disciplinas curriculares no interior dessa reforma educacional, em que se metamorfoseiam conceitos sem, contudo, alterar as relações que os mascaram.

O ocultamento do nível de envolvimento dos diferentes segmentos sociais (instituições não governamentais, pareceristas e consultores brasileiros e estrangeiros) e a desconsideração de movimentos sociais no campo da educação expressa um reforço coletivo de produção de diagnósticos e propostas em defesa da educação pública brasileira, com base nos anseios dos trabalhadores em educação.

Experiências pedagógicas de caráter popular e participativo que vem sendo construídas em diferentes cidades e escolas brasileiras têm demonstrado, na prática, que essa reforma educacional de caráter neoliberal concebe democracia como sinônimo de menos participação da sociedade civil organizada nos rumos da educação brasileira, e não o contrário, como preconiza a cartilha.

Mesmo os PCN's não atendendo as demandas da sociedade brasileira para a educação escolar, do ponto de vista da classe trabalhadora, isto é, enquanto espaço de inconstitucionalização processual do pensar e do fazer na perspectiva de desenvolvimento de potencialidades e de apropriação de um conjunto de conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolvam a capacidade de fazer valer seus próprios interesses econômicos, políticos e culturais, acreditamos como Paulo Freire (1981), que os elementos de superação do opressor podem ser encontrados nele próprio, no desnudar de suas contradições internas e de suas incoerências.(Rodrigues, 2002).

Nesse sentido acredita que os PCN's podem ser usados como ponto de partida para reflexão sobre os compromissos e prioridades cumpridos pela prática pedagógica da educação física e da escola quando são assimilados acriticamente. Na conjuntura atual, esta é a única possibilidade que visualizamos: o diálogo crítico entre os PCN's, o conhecimento produzido historicamente como ciência, filosofia, política, arte, cultura corporal, a prática pedagógica da educação física e as contradições da realidade social.

2.4 A educação física no ensino médio nas Diretrizes Curriculares Estaduais

Os dados expostos a seguir foram retirados do site da secretaria da educação na parte que tratava do ensino médio.

A elaboração da proposta pedagógica da Secretaria do Estado da Educação tem, desde 2003, suas ações pautadas nos seguintes princípios: educação como direito de todo cidadão, valorização de todos os profissionais da educação, trabalho coletivo e gestão democrática em todos os níveis institucionais de atendimento às diferenças e à diversidade cultural.

Depois de quase uma década sem revisão as diretrizes para a educação no estado começaram a sofrer grandes transformações nesta gestão.

O Departamento de Ensino médio da Secretaria Estadual de Educação (DEM) a partir de 2003 buscou elaborar suas propostas curriculares de uma forma coletiva, com amplas discussões acerca das especificidades do ensino médio a fim de se redefinirem o direcionamento da educação no Paraná.

Tratou-se de um projeto inovador onde os professores da rede pública do estado puderam participar dando sugestões e fazendo críticas.

Através de encontros e debates é que foram formuladas as propostas com intuito de dar voz aos profissionais que atuam diretamente com a educação juntamente com ações voltadas a valorização dos professores.

A intenção do projeto é de que ele seja contínuo e que as discussões prossigam na constante reelaboração das propostas, pois segundo a Secretaria, *“as diretrizes não devem ser cristalizadas, mas sim alvo de constante lapidação”*. (Secretaria de Educação do Estado do Paraná).

As Diretrizes Estaduais para a Educação Física que se encontra em revisão, iniciam fazendo uma breve descrição da dimensão histórica da educação física. Destaca como seu vínculo com as instituições médicas e militares influenciam em sua prática até hoje.

Define algumas vertentes pedagógicas da Educação Física como a psicomotricidade, a desenvolvimentista, a construtivista, a crítico-superadora e a crítico-emancipatória.

Destaca que a partir da década de 80 deu-se início a um processo de redemocratização do país que estabeleceu no Estado do Paraná a elaboração de um Currículo Básico para o primeiro grau. Neste Currículo Básico a Educação Física fundamentava-se na pedagogia histórico-crítica, identificando-se numa perspectiva progressista, revolucionária e crítica, sob pressupostos teóricos pautados no materialismo histórico-dialético.

Neste documento, o mero exercício físico deveria dar lugar à formação humana do aluno em amplas dimensões. Entretanto havia ainda obstáculos a serem vencidos com relação a listagem de conteúdos que acabava por enfraquecer seus pressupostos metodológicos.

A rigidez na escolha dos conteúdos, a insuficiente oferta de formação continuada para consolidar a proposta e, depois, as mudanças de políticas públicas em educação trazidas pelas novas gestões governamentais, a partir de meados dos anos 1990, enfraqueceram a linha político-pedagógica do Currículo Básico. Por isso, o ensino da Educação Física na escola se manteve, em muitos aspectos, em suas dimensões tradicionais, ou seja, com enfoque biológico, mecânico e psicológico.

A concepção histórico-crítica também fundamentou a *Reestruturação da Proposta Curricular do Segundo Grau*, elaborado no mesmo período. Este documento buscava caracterizar o movimento humano como “*expressão da identidade corpora, como prática social e como uma forma do homem se relacionar com o mundo*”.

Entretanto o documento aponta como retrocesso a elaboração dos Parâmetros Curriculares nacionais (PCN's), que deixaram de ser um referencial e se tornaram um currículo Básico.

Houve a acusação de alguns críticos de se constituir de um ecletismo teórico e incoerente.

As Diretrizes Estaduais acusam os PCN's de descaracterizar conhecimentos historicamente construídos para o Ensino Médio, verificou uma desvalorização da teoria. Foi caracterizado como uma proposta teórica insuficiente, apesar de sua redação aparentemente progressista que valoriza a individualidade e adaptação do sujeito à sociedade.

As Diretrizes Estaduais pretendem questionar a hegemonia que esta disciplina por muito tempo te atribuído ao treinamento do corpo sem refletir sobre a prática corporal, busca formar *“um sujeito que reconheça o próprio corpo em movimento e também sua subjetividade”*.

Com relação aos seus fundamentos teóricos metodológicos, as Diretrizes propõe com o rompimento da visão fragmentada de homem. Fundamenta-se no materialismo histórico-dialético que possui como princípio uma profunda reflexão crítica sobre as atuais estruturas sociais.

A Educação Física é considerada de modo mais abrangente e o trabalho se constitui como categoria de análise, fundante da relação homem-natureza, estabelece que a cultura surge a partir dessa relação e que não reconhecemos hoje o produto do nosso trabalho, que se tornou desumanizador e que demanda uma corpo disciplinado e estereotipado.

Nesse contexto torna-se fundamental ao professor reconhecer como se dão as formas de produção capitalista, e como elas influenciam as formas de agir e pensar sobre o corpo e como isso influencia na prática pedagógica.

A partir desse contexto de criticidade que a Diretrizes Estaduais apontam a cultura como referencia o Coletivo de autores, 1992.

Propõe a discussão sobre a diversidade cultural ampliando o diálogo a fim de romper com preconceitos sociais e ou étnicos, da sexualidade, da diferenciação de gêneros, da violência, da exacerbação da vaidade, do excesso de consumo etc. através dos conteúdos dança, lutas, esporte, jogos, brinquedos e brincadeiras e ginástica que devem estar comprometidos com uma Educação Física transformadora.

Discutir a forma de como essas práticas foram sendo transformadas pela lógica capitalista e como isso está presente em nosso cotidiano através da contextualização dessas práticas a fim de ressignificá-las como produção histórico-cultural do qual somos atores e autores.

Tem como conteúdos estruturantes o esporte, os jogos brinquedos e brincadeiras, a ginástica, as lutas e a dança. São trabalhados de forma a fazerem sentido aos educandos e permitir um posicionamento crítico perante eles e romper preconceitos relacionados a sua prática.

Juntamente com os conteúdos estruturantes a Diretrizes Estaduais propõe aquilo que ela chama de elementos articuladores. São eles: o corpo, a ludicidade, a saúde, o mundo do trabalho, a desportivização, a tática e a técnica, o lazer, a diversidade étnico-racial, de gênero, de pessoas com necessidades especiais e a mídia.

Ampliar a visão de mundo dos educandos, permitir que reconheçam seu próprio corpo, respeitar e reconhecer a diversidade e posicionar-se criticamente perante as formas de manifestações corporais e sociais e sua influência midiática.

Os conteúdos devem ser trabalhados de forma espiralada, relativizando com questões inerentes a nossa história como, por exemplo, a cultura afro-brasileira, a mercantilização do esporte entre outros e os processo de inclusão e exclusão de práticas corporais dentro e fora da escola.

A avaliação é caracterizada como processo contínuo e dará prioridade ao processo, não terá caráter de classificação, tem seus métodos pautados na avaliação formativa. O professor pode valer-se de instrumentos como: dinâmicas de grupo, seminários, debates, júris simulados onde o aluno possa expressar sua opinião e ouvir a de seus colegas.

2.5 O livro público didático de educação física para o ensino médio estadual

O livro didático é um material produzido por professores da rede pública estadual paranaense, que envolve doze disciplinas: Português, literatura, matemática, química, física, geografia, história, filosofia, sociologia, artes, educação física e língua estrangeira moderna.

Ele é caracterizado como material de apoio aos professores e estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais de todo o estado e encontra-se disponível on line no site da secretaria de educação e permite que se deixem

comentários ao final de cada capítulo fazendo considerações e sugestões bem como o relato de sua experiência na aplicação dos conteúdos a partir do livro.

O livro de Educação Física para o ensino médio sem dúvida é uma das mais inovadoras ações da Secretaria. Normalmente conhecida pelas suas atividades práticas, a Educação Física assume nesse projeto uma característica diferenciada e promete contribuir de uma maneira mais efetiva para o processo de formação dos estudantes de ensino médio.

O livro é elaborado a partir dos princípios expostos nas Diretrizes Curriculares Estaduais e busca atender suas propostas.

Da mesma forma que a construção das Diretrizes o livro é fruto da construção coletiva de professores da rede pública de ensino juntamente com a colaboração dos acessores da área que atuam junto a Secretaria.

O livro está dividido em cinco capítulos cada um tratando de um tema estruturante propostos pelas Diretrizes: esporte, jogos, ginástica, lutas e dança.

Os temas são apresentados através do “Folhas”. São textos produzidos por professores da rede pública estadual.

Os temas são abordados sob aspectos sociais e econômicos sempre buscando fazer com que os alunos reflitam sobre eles. Existe a sugestão de muitas atividades como pesquisas, debates e discussões.

O capítulo que trata sobre o esporte, por exemplo, faz trazer uma discussão sobre os interesses econômicos que envolvem o futebol e o vôlei descrevendo

inclusive que até mesmo as mudanças de regras são provocadas por interesses da mídia e patrocinadores.

O capítulo que trata da ginástica traz uma discussão sobre o circo e alerta para os maus tratos que os animais que realizam espetáculos sofrem. Outra discussão presente nesse capítulo é a questão do padrão de beleza que é estabelecido e as consequências que eles trazem para as pessoas – principalmente meninas – que tentam alcançá-lo a qualquer custo.

Os demais capítulos são abordados com os mesmos princípios.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

Ao observarmos a LDB podemos destacar alguns pontos para análise que nos chamam a atenção. Ao desobrigar trabalhadores com jornada diária igual ou maior de seis horas, maiores de trinta anos, militares, deficientes em algumas situações e mães da prática da educação física a legislação acaba não permitindo uma formação que todos os alunos passem pelas mesmas experiências possuindo assim uma formação diferente de acordo com sua vida fora da escola.

Este fato é bem destacado pelos PCN's que consideram que a LDB torna-se incoerente com sua proposta quando ao fazer estas determinações acaba descumprindo outros aspectos como por exemplo aquilo que denomina de Política de Igualdade.

Entretanto, podemos também destacar alguns pontos dos PCN's que acabam fazendo com que ele se torne incoerente. Quando este documento destaca a cultura corporal de movimento como objeto de estudo da educação física ele não faz

nenhum tipo de referencia sobre o que exatamente seria esta cultura corporal de movimento. O fato é que ao dar continuidade a proposta, percebemos que ela não pode se encaixar nem na proposta de Elenor Kuns de cultura de movimento nem na proposta do coletivo de autores (1992) de cultura corporal, e sim em uma nova proposta que é apresentada de uma forma superficial fundamentada de forma que não permite a compreensão.

Com relação as Diretrizes Curriculares Estaduais, trata-se de uma proposta diferenciada e ousada para a educação paranaense. Sua elaboração foi realizada de forma coletiva com professores da rede estadual de ensino e demonstra o interesse do governo aos alunos do Estado uma educação de qualidade. Entretanto como qualquer projeto no início ainda apresenta pontos a serem melhorados.

O livro didático público para o ensino médio também se apresenta como material importante nesse processo de formação oferecendo aos alunos a possibilidade de trabalhar temas diferenciados e de formas diferenciadas fazendo com que as condições físicas ou materiais não seja mais uma limitação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação e análise, podemos concluir que os documentos que regulamentam e orientam a educação física no ensino médio para o Estado do Paraná apresentam um grande avanço para a área devido sua estruturação e organização, entretanto ainda existe muito a ser conquistado.

As mudanças pelas quais passou a LDB ao tornar a educação física uma disciplina obrigatória, a tornando facultativa no período noturno e depois revogando este fato, tornando-a facultativa em alguns casos demonstra o processo pelo qual a educação física vem passando na busca de seu reconhecimento como componente curricular que participa do processo de formação do cidadão.

As alterações trazidas pelos PCN's, posteriormente pelas DCE's e a elaboração do livro didático público para o ensino médio também demonstram esse processo pelo qual passa a educação física enquanto disciplina escolar.

REFERENCIAS

MELO, Rogério Zaim de. **O professor de educação física e o novo ensino médio**. São Paulo: USP, 2003. 110 p.

CORREIA, Walter Roberto. **A Educação Física no ensino médio: discutindo a questão dos saberes escolares**. São Paulo: USP. 1999. 129p.

BRANDI, Carmem Elisa Henn. **A nova política para o ensino médio: um estudo da educação física a partir das novas diretrizes e dos novos projetos pedagógicos**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 71-86, maio 2003.

RINALDI, Ieda Parra Barbosa; SOUZA, Elizabeth Paoliello Machado de. **A ginástica no percurso escolar dos ingressantes dos cursos de licenciatura em educação física da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual de Campinas**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 159-173, maio 2003.

MOLINA NETO, Vicente; ARROYO, Dolores Graciela Cordero. **Um estudo interpretativo de uma atividade de formação permanente dirigida a professores de educação física de 2º grau de Barcelona**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 16-26, set. 1996.

RODRIGUES, Anegleyce Teodoro. **Gênese e sentido dos parâmetros curriculares nacionais e seus desdobramentos para a educação física escolar brasileira**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 23, n. 2, p. 135-147, jan. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. 3 ed.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais ensino médio*: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

Educação Física/ vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. – 232 P.

Diretrizes Curriculares Estaduais. – Curitiba: SEED-PR, 2006.

MELO, Rogério Zaim de ; FERRAZ, Osvaldo Luiz. **O novo ensino médio e a educação física**. Motriz, Rio Claro, v13 nn.2 p. 86-96, abr/jun. 2007

DARIDO, Suraya Cristina et all. **Educação física no ensino médio**: reflexões e ações. São Paulo:Motriz,1999 – v.5, n.2,

MARTINELLI, Camila Rodrigues et all. **A educação física no ensino médio**: motivos que levam as alunas a não gostarem de participar das aulas. Revista Mackenzie de Educação e Esporte – 2006. 5(2):13-19

BARNI, Mara Juttel; SCNEIDER, Ernani José. **A educação física no ensino médio: relevante ou irrelevante?** Instituto Catarinense de Pós-Graduação,2001